

BOLETIM 142

Brasília, 14 de junho de 2016

Governo quer enviar reforma da Previdência ao Congresso até julho

O ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha *(foto)*, disse nesta segunda-feira (13) que o governo vai encaminhar ao Congresso até o final de julho a proposta de reforma da Previdência Social. Padilha participou, no Palácio do Planalto, da segunda rodada de reuniões do governo com representantes de centrais sindicais para tratar do tema.

De acordo com o ministro, o texto, ainda não finalizado, deve ser encaminhado ao Legislativo ainda antes da votação do processo de impeachment da presidenta afastada Dilma Rousseff. Padilha evitou antecipar pontos que o governo defende, mas adiantou que a proposta seguirá o modelo usado em outros países.

"O que foi proposto [pelas centrais] não cobrirá o buraco. O tamanho do buraco varia do peso que vai ser dado a cada uma das hipóteses de arrecadação que foram propostas. Aí sim, poderemos dizer o que vamos adotar, o que é adotado classicamente em todo o mundo é o que vamos adotar aqui. Vamos ter algumas receitas extraordinárias que advirão das propostas das centrais, mas não se faz mágica nesse tema. O sistema tem que ser autossustentável."

Centrais sindicais - No encontro desta segunda-feira, as centrais sindicais sugeriram ao governo "corrigir erros do passado", como vender



imóveis subutilizados e promover programas de refinanciamento de dívidas para diminuir o passivo. As centrais também propuseram aumentar a fiscalização da Previdência, assim como rever desonerações com filantropia e regulamentar jogos de azar.

"[A reforma] não pode ser feita de afogadilho, de um dia para o outro, sem levar em conta o passado. Estamos propondo que o governo corrija os erros do passado, porque existe uma série de problemas a serem corrigidos. Corrigido o passado, vamos ver o buraco que ficou, provavelmente vai ficar um buraco ainda e aí sim discutiremos o que precisará ser feito para tapar o buraco", disse, após a reunião, o deputado Paulo Pereira da Silva (SD-SP), presidente nacional da Força Sindical.

De acordo com o governo, o déficit da Previdência para este ano é estimado em R\$ 136 bilhões. Caso todas as medidas sugeridas pelas centrais fossem adotadas, ainda haveria um déficit de cerca de R\$ 50 bilhões, pelos cálculos do governo. Na próxima semana, haverá nova rodada de negociação com sindicalistas.

Experiência de outros países - Pressionados pelos reflexos da crise econômica e pelo envelhecimento da população, os países europeus, por exemplo, tiveram como ponto central nas mudanças previdenciárias aprovadas



nos últimos anos a elevação da idade mínima para a aposentadoria. No Brasil, não há, ainda, uma idade mínima para se aposentar.

Na França, o governo aprovou mudanças no regime de Previdência em 2010, elevando de 60 para 62 anos a idade mínima para aposentadoria e estabelecendo que a idade que garante benefícios previdenciários plenos será 67 anos. Anteriormente, era 65 anos.

Na Grécia, as mudanças aprovadas em maio deste ano elevaram o valor das contribuições previdenciárias, definiram cortes de benefícios mais elevados e adotaram uma aposentadoria nacional de 384 euros para quem trabalhou 20 anos.

Em 2011, em meio à aprovação de um pacote de medidas de austeridade, a Itália elevou a idade mínima de aposentadoria de 62 para 66 anos em 2012 para mulheres e homens.

Fonte: Agência Brasil

Ministro considera positivas as propostas de centrais sindicais

O ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, concedeu entrevista coletiva nessa segunda-feira (13) e classificou como positivas as propostas apresentadas pelas centrais sindicais para diminuir o déficit anual da Previdência Social, que chega a R\$ 136 bilhões. Mas destacou que, mesmo que as ideias sejam adotadas, ainda restará um rombo de R\$ 50 bilhões por ano.

O governo pretende apresentar daqui a uma semana uma análise detalhada sobre as

propostas das Centrais, além de alternativas para cobrir todo o rombo da Previdência. A expectativa de Padilha é de que a proposta seja enviada ao Congresso em julho, antes do fim do processo de impeachment da presidente afastada Dilma Rousseff.

Fonte: Portal EBC

Parecer sobre financiamento da atividade sindical será apresentado na quarta

A Comissão Especial sobre Financiamento da Atividade Sindical reúne-se nesta quarta-feira (15) para apresentação e discussão do parecer do relator, deputado Bebeto (PSB-BA).

O objetivo do colegiado é elaborar uma proposta que unifique os projetos de lei em tramitação na Câmara dos Deputados que tratam da estrutura sindical, do financiamento sindical e da organização dos sindicatos.

A comissão foi instalada no dia 1º de outubro do ano passado e tem como presidente o deputado Paulo Pereira da Silva (SD-SP).

Fonte: Agência Câmara

Justiça Trabalhista faz mutirão de conciliação em todo o país

Começou nesta segunda-feira (13) a 2ª Semana Nacional da Conciliação Trabalhista. A



iniciativa do Conselho Superior da Justiça do Trabalho pretende mobilizar os 24 tribunais trabalhistas do país até sexta-feira (17) para buscar soluções rápidas e consensuais às disputas judiciais.

A expectativa é que ocorram, ao todo, 30 mil audiências. Devem participar da ação grandes empresas, com grande quantidade de funcionários e processos trabalhistas, e que apresentaram listas das causas nas quais estão dispostas a negociar um acordo.

Na primeira edição da mobilização, em março de 2015, o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2), que abrange a região metropolitana de São Paulo e a Baixada Santista, fez mais de 11,5 mil audiências. Foram fechados cerca de 4 mil acordos, com indenizações que superam os R\$ 60 milhões.

Este ano, somente nos três centros de solução de conflitos localizados na capital paulista estão marcadas mais de mil audiências.

Fonte: Portal EBC

Ministério prorroga 23 adesões ao Programa de Proteção ao Emprego

O Ministério do Trabalho e Previdência Social autorizou a prorrogação de 23 adesões ao Programa de Proteção ao Emprego (PPE), criado em julho do ano passado para evitar demissões provocadas pela crise.

A prorrogação beneficia seis empresas do setor automotivo, cinco do setor fabril e duas do setor metalúrgico, entre elas a Rassini NHK Peças,

a Grammer do Brasil e a Mercedes Benz, primeiros a solicitar a adesão ao PPE, em agosto do ano passado. O mesmo ocorreu com as fábricas da Volkswagen em São Bernardo do Campo, São Carlos e Taubaté, em São Paulo, e em São José dos Pinhais, no Paraná. Treze pedidos de prorrogação da adesão ao PPE estão em análise.

Ao todo, o programa beneficiou 55.995 trabalhadores em todo país, com investimentos de R\$ 153,3 milhões em recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Desde a implantação do PPE, em julho de 2015, o setor fabril concentra o maior número de solicitações de adesão, com 72 pedidos, seguido do automobilístico, com 26. Ao todo, 151 empresas solicitaram a adesão ao PPE. Dessas, 111 tiveram o termo de adesão ao programa confirmado e outras 40 estão em análise.

De acordo com o Ministério do Trabalho, se todas as empresas conseguirem confirmar a adesão, o total de recursos investidos no programa chegará a R\$ 160,4 milhões, beneficiando 60.018 trabalhadores.

Compensação - A adesão ao PPE permite às empresas reduzir a jornada de trabalho dos funcionários em até 30%, com uma complementação de 50% da perda salarial pelo FAT, limitada a 65% do maior benefício do seguro-desemprego. A empresa mantém o recolhimento dos encargos sociais, impostos e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Para solicitar a renovação do PPE, as empresas devem respeitar o período de vigência do acordo coletivo com os trabalhadores. Os pedidos de prorrogação do prazo de adesão, do aumento de percentuais de redução da jornada de trabalho e de salário e o acréscimo de novos setores devem ser formalizados no prazo mínimo



de 30 dias antes da data pretendida para a renovação. Pedidos de outras alterações no Termo Aditivo devem ser feitos até 15 dias antes da prorrogação.

Fonte: Portal EBC

Ministros do TST contrariam seu presidente e defendem CLT

Ministros do Tribunal Superior do Trabalho divulgaram nesta segunda (13) manifesto em que defendem a manutenção das regras trabalhistas e criticam o uso da crise para a defesa da retirada de direitos.

Assim, contrariam o presidente do Tribunal, Ives Gandra da Silva Martins Filho, empossado em fevereiro, que tem defendido a mudança e a flexibilização das regras. Gandra cita a crise como uma razão para isso.

É possível notar, em determinado trecho do documento, que os ministros reivindicam também um melhor orçamento para o Tribunal. Mas as afirmações vão além de uma pauta corporativa. Eles lembram a importância das regras, e portanto, da CLT (sem citá-la diretamente) para a reparação de trabalhadores e trabalhadoras:

“A Justiça do Trabalho (...) é reconhecida por sua atuação célere, moderna e efetiva, qualidades que muitas vezes atraem críticas. Nos últimos dois anos (2014-2015), foram entregues aos trabalhadores mais de 33 bilhões de reais em créditos trabalhistas decorrentes do descumprimento da legislação, além da

arrecadação para o Estado Brasileiro (entre custas e créditos previdenciários) de mais de 5 bilhões de reais”.

Em seguida, os ministros reconhecem que a realidade produtiva brasileira mudou bastante desde que as atuais regras foram criadas. Mas ressaltam que a miséria, o trabalho escravo e explorações de todo tipo permanecem, a despeito dos avanços tecnológicos. E atacam: “Muitos aproveitam a fragilidade em que são jogados os trabalhadores em tempos de crise para desconstruir direitos, desregular a legislação trabalhista, possibilitar a dispensa em massa, reduzir benefícios sociais, terceirizar e mitigar a responsabilidade social das empresas”.

Em outro trecho, criticam a proposta de abolir as regras hoje existentes e delegar as relações capital-trabalho para o campo puro e simples da negociação. O texto afirma que a proposta deturpa o princípio constitucional da negociação, consagrado no caput do artigo 7 da Constituição, “que é o de ampliar e melhorar as condições de trabalho”. E não, portanto, de reduzir direitos.

O mesmo trecho lembra que a relação entre os dois campos é extremamente desigual – e na citação não se deixa de entrever uma crítica ao movimento sindical: “É importante lembrar que apenas 17% dos trabalhadores são sindicalizados e que o salário mínimo no Brasil (sétima economia do mundo) é o menor entre os 20 países mais desenvolvidos, sendo baixa, portanto, a base salarial sobre a qual incidem a maioria dos direitos”.

Partindo para a conclusão, o manifesto alerta: “O momento em que vivemos não tolera omissão! É chegada a hora de esclarecer a sociedade que a desconstrução do Direito do

Trabalho será nefasta sob qualquer aspecto: econômico (com diminuição dos valores monetários circulantes e menos consumidores para adquirir os produtos oferecidos pelas empresas, em seus diversos ramos,); social (com o aumento da precarização e da pauperização); previdenciário (...); segurança (...); político (pela instabilidade causada e consequente repercussão nos movimentos sociais); saúde pública, entre tantos outros aspectos”.

O secretário nacional de Assuntos Jurídicos da CUT, Valeir Ertle, destaca que os 19 ministros que assinam esse manifesto são os mesmos que se posicionaram contra o projeto da terceirização total. Lembra que, em março, as centrais se reuniram com Gandra e refutaram a tese da prevalência do negociado sobre o legislado, proposta pelo presidente do TST. “Ele é um aliado do Temer, e quer ajudar a encaminhar a visão do empresariado e passar a conta para os trabalhadores”, analisa.

Fonte: Rede Brasil Atual

Comissões debatem denúncias de trabalho escravo em Minas Gerais

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados realizam audiência pública nesta quarta-feira (15) para debater denúncias relacionadas ao trabalho análogo ao escravo utilizado por fazendas no sul de Minas Gerais. A audiência ocorrerá no plenário 9, a partir das 14 horas.



No começo de março, duas das maiores empresas que comercializam café, a Nestlé e a Jacobs Douwe Egberts, reconheceram que suas fazendas podem ter usado trabalho análogo ao escravo. A denúncia foi feita pela organização dinamarquesa DanWatch12.

A audiência, solicitada pela deputada Erika Kokay (PT-DF) e pelo deputado Padre João (PT-MG), busca debater medidas para prevenção do trabalho escravo no Brasil. “Apesar do combate a essa forma degradante de trabalho por parte do Governo brasileiro, algumas fazendas cafeeiras ainda adotam a prática do trabalho análogo ao escravo”, afirma o parlamentar.

Fonte: Agência Câmara

Ministério do Trabalho faz 1.101 fiscalizações contra trabalho infantil em 16 Estados

As superintendências do Ministério do Trabalho em 16 estados* realizaram, durante o mês de maio, 1.101 fiscalizações e identificaram 75 crianças e adolescentes em situação irregular de trabalho. As ações foram focadas nas



atividades que exigem contato com animais, parte da Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil, a Lista TIP (item 33).

“Os resultados apontam que, felizmente, o número de crianças e adolescentes envolvidos nessas atividades não é tão grande quanto se podia supor. Isso nos dá a perspectiva que as políticas públicas estão funcionando”, ressalta o chefe da Divisão de Fiscalização do Trabalho Infantil do Ministério do Trabalho, Alberto de Souza.

A operação especial que antecede o mês em que é celebrado o Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil (12 de junho) é desenvolvida pelo Ministério desde 2008. O foco é definido pelos coordenadores estaduais. Em 2015, a fiscalização foi direcionada a redes de fast food.

A erradicação do trabalho infantil é projeto obrigatório de fiscalização do Ministério do Trabalho.

Atuação – Entre 2004 e 2015 foram 46.992 operações e 63.925 crianças e adolescentes identificados em situação irregular. Neste período houve uma mudança no perfil do trabalho infantil. “Hoje, ele não é mais, basicamente, em locais públicos, como menores trabalhando na rua, ou em feiras livres. A maioria é dentro de empreendimentos”, aponta Alberto de Souza.

O chefe da Divisão de Fiscalização do Trabalho Infantil ressalta que as ações não se resumem à fiscalização. É feito em articulação com a Rede de Proteção da Criança e do Adolescente, por meio de ações de sensibilização e prevenção. Outro fator é a articulação de políticas públicas, especialmente de educação e da Aprendizagem, cuja lei obriga empresas de médio e grande portes a contratar adolescentes e jovens entre 14 e 24 anos. Em 2015, mais de 400



mil adolescentes estavam inseridos no mercado de trabalho pelo Jovem Aprendiz

O resultado é a redução sensível do número de crianças e adolescentes em situação de trabalho, como mostra a PNAD, do IBGE. Em 1992, eram 9,7 milhões de crianças e adolescentes nesta condição. Em 2014, 2,8 milhões.

Proteção - A Constituição Federal proíbe qualquer trabalho para menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos. Para menores de 18 anos, é proibida atividade noturna (das 22h às 5h), perigosa ou insalubre, além das enquadradas nas Piores Formas de Trabalho Infantil (Convenção 182 da OIT).

* AL, BA, CE, DF, ES, GO, MG, MS, MT, PI, PR, RJ, RN, RO, RR E SE

Fonte: MT

AGENDA DO PRESIDENTE

FRANCISCO CHAGAS COSTA – MAZINHO

Acompanha, hoje, nem São Luiz do Maranhão, o processo eleitoral da Federação dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário daquele estado.

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)